

HABEAS CORPUS Nº 501.658 - SP (2019/0090668-4)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RAFAEL WELLINGTON DE OLIVEIRA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de RAFAEL WELLINGTON DE OLIVEIRA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação n. 0005957-61.2016.8.26.0635).

Consta dos autos que o paciente foi condenado, como incurso na sanção do art. 180 do Código Penal, à pena de 1 ano de reclusão, em regime aberto, e ao pagamento de 10 dias-multa (e-STJ fls. 24/26).

Irresignada, apelou a acusação, sendo o recurso parcialmente provido pelo Tribunal de origem, para fixar o regime fechado para o início do cumprimento da pena em acórdão cuja ementa foi assim definida (e-STJ fl. 28):

RECEPÇÃO DOLOSA Configuração. Autoria e materialidade comprovadas. Prova segura do conhecimento da origem ilícita do bem. Confissão do réu corroborada com as declarações da vítima, tudo em harmonia com os demais elementos probatórios Condenação mantida.

PENAS e REGIME PRISIONAL Bases nos mínimos Confissão e reincidência. Compensação. Precedentes Regime inicial fechado Apelo provido em parte para alterar o regime prisional Expedição de mandado de prisão.

No presente *writ*, aponta a Defensoria Pública a ilegalidade, pois "a fixação de regime fechado frente a circunstâncias integralmente favoráveis contraria de forma patente o princípio da isonomia, da razoabilidade e a individualização da pena, não obstante seja o paciente reincidente" (e-STJ fl. 12).

Alega que o fato de o paciente ser reincidente não enseja o estabelecimento do regime mais gravoso.

Sustenta violação aos enunciados 269 e 440 da Súmula do Superior

Tribunal de Justiça, 718 e 719 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Salienta que se está diante de crime sem violência ou grave ameaça à pessoa.

Acrescenta que "o paciente encontra-se em liberdade desde 11/07/2016 longe do cometimento de qualquer crime e exercendo trabalho regular e lícito, conforme constou na sentença" (e-STJ fl. 14).

Requer, em liminar e no mérito, a fixação de regime mais brando para o início do cumprimento da pena.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

In casu, vislumbro a ocorrência de ilegalidade, o que impõe a concessão da tutela cautelar.

Com efeito, consoante o disposto no enunciado 269 da Súmula desta Corte, "*é admissível a adoção do regime prisional semi-aberto aos reincidentes condenados a pena igual ou inferior a quatro anos se favoráveis as circunstâncias judiciais*".

No caso em análise, a Corte de origem fixou o regime mais gravoso para o início do cumprimento da pena, embora o *quantum* de pena tenha sido estabelecido em patamar inferior a 4 anos e as circunstâncias judiciais tenham sido consideradas favoráveis, consignando que "o regime prisional deve ser alterado para o inicial fechado, mormente porque a reincidência ademais específica desautoriza e incompatibiliza o estabelecimento de regime mais brando (cf. artigo 59, III; c.c. artigo 33, § 3º, ambos do Código Penal" (e-STJ fls. 30/31).

Sob tal perspectiva, em juízo preliminar e não exauriente, diante dos parâmetros acima aludidos, entendo que o paciente deve ser submetido ao regime semiaberto.

Ante o exposto, **defiro a liminar** para assegurar ao paciente o direito

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

de aguardar, no regime semiaberto, o julgamento definitivo do presente *habeas corpus*.

Comunique-se ao Tribunal *a quo*, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser noticiada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste *writ*.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator

